



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PAUTA 016/2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve convocar os Excelentíssimos Senhores Membros do Conselho Superior do Ministério Público para Sessão Ordinária, a ser realizada no próximo dia 16 de outubro de 2018, terça-feira, a partir das 14:00 horas, na Sala das Sessões – Sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada à 5ª Avenida, nº 750 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, nesta Capital, para apreciação da seguinte ordem do dia:

1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 003.0.23242/2018. ASSUNTO: MINUTA DO NOVO REGULAMENTO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO PARA MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. INTERESSADA: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RELATOR: CONSELHEIRO PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA.

2. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.23319/2018. ASSUNTO: SUBSTITUIÇÃO NA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LAURO DE FREITAS. INTERESSADA: PROMOTORA GILMARA ESPÍRITO SANTO CARVALHO BARRETO. RELATORA: CONSELHEIRA MARILENE PEREIRA MOTA.

3. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.11749/2018. ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA FREQUENTAR CURSO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALÍCIA VIOLETA BOTELHO SGADARI PASSEGGI. RELATORA: CONSELHEIRA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA.

4. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.27228/2018. ASSUNTO: RENÚNCIA À REMOÇÃO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA MICHELLE ROBERTA SOUTO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

5. PROCEDIMENTO MINISTERIAL Nº 003.0.29888/2018. ASSUNTO: SEGUNDO RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DE MESTRADO. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ANA PATRÍCIA VIEIRA CHAVES DE MELO. RELATOR: CONSELHEIRO NIVALDO DOS SANTOS AQUINO.

6. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:



RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA JOSÉ CUPERTINO AGUIAR CUNHA:

- 6.1. Procedimento Ministerial nº 608.0.162474/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.2. Inquérito Civil nº 702.9.269278/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 6.3. Inquérito Civil nº 003.0.28533/2014, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.4. Inquérito Civil nº 001.9.48290/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.5. Inquérito Civil nº 003.9.2363000/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.6. Inquérito Civil nº 712.0.111579/2011, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.7. Inquérito Civil nº 712.0.9549/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.8. Inquérito Civil nº 003.0.12295/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé;
- 6.9. Inquérito Civil nº 680.0.68218/2013, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 6.10. Procedimento Ministerial nº 003.9.50541/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.11. Inquérito Civil nº 003.9.260729/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação - GEDUC

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA CLEONICE DE SOUZA LIMA:

- 6.12. Recurso Administrativo na Notícia de Fato nº 167.9.140088/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João/BA;
- 6.13. Inquérito Civil nº 708.9.90404/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas/BA;
- 6.14. Inquérito Civil nº 003.0.231832/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.15. Inquérito Civil nº 674.9.1894/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas/BA;
- 6.16. Inquérito Civil nº 001.9.118869/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;
- 6.17. Inquérito Civil nº 001.9.9.190207/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus/BA;
- 6.18. Inquérito Civil nº 600.0.219962/2015, da Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Antônio de Jesus/BA;
- 6.19. Inquérito Civil nº 003.1.123811/2006, da 6ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Capital;
- 6.20. Inquérito Civil nº 003.9.104229/2018, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Salvador/BA;
- 6.21. Inquérito Civil nº 600.9.149256/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente do Recôncavo Sul;
- 6.22. Inquérito Civil nº 003.9.129288/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.23. Inquérito Civil nº 596.0.108662/2015, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana/BA;
- 6.24. Inquérito Civil nº 590.0.66593/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari/BA;



- 6.25. Inquérito Civil nº 003.0.31548/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga/BA
- 6.26. Inquérito Civil nº 708.9.134905/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas/BA;
- 6.27. Procedimento Ministerial nº 728.0.187624/2014, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz Cabralia/BA;
- 6.28. Inquérito Civil nº 644.0.232565/2016, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista/BA;
- 6.29. Inquérito Civil nº 644.0.234388/2016, da Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista/BA;
- 6.30. Inquérito Civil nº 003.9.88942/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.31. Inquérito Civil nº 190.0.118350/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré/BA.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DAS GRAÇAS SOUZA E SILVA:

- 6.32. Procedimento Ministerial nº 003.0.171901/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 6.33. Procedimento Ministerial nº 703.9.107363/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 6.34. Inquérito Civil nº 003.0.173761/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.35. Inquérito Civil nº 308.0.163346/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;
- 6.36. Inquérito Civil nº 596.0.185450/2010, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.37. Procedimento Ministerial nº 075.9.59864/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 6.38. Inquérito Civil nº 590.0.140299/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.39. Procedimento Ministerial nº 003.0.136530/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.40. Procedimento Ministerial nº 069.9.146516/2017, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.41. Procedimento Ministerial nº 069.9.146516/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.42. Procedimento Ministerial nº 307.0.175119/2007, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.43. Inquérito Civil nº 657.0.55175/2013, da Promotoria de Justiça de Ipiáú;
- 6.44. Inquérito Civil nº 590.0.149451/2007, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.45. Inquérito Civil nº 708.0.210013/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 6.46. Inquérito Civil nº 702.9.107513/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 6.47. Inquérito Civil nº 001.9.1589/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.48. Inquérito Civil nº 590.0.142480/2013, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.49. Inquérito Civil nº 069.0.57027/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.50. Inquérito Civil nº 720.9.61662/2018, da Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 6.51. Inquérito Civil nº 590.0.96593/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.52. Inquérito Civil nº 714.0.115008/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicarai;



- 6.53. Inquérito Civil nº 705.0.227793/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 6.54. Inquérito Civil nº 001.9.103318/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Ilhéus;
- 6.55. Procedimento Ministerial nº 085.9.27916/2017, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;
- 6.56. Inquérito Civil nº 608.0.232075/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.57. Procedimento Ministerial nº 003.0.165816/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.58. Procedimento Ministerial nº 003.0.50661/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.59. Procedimento Ministerial nº 003.9.266976/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 6.60. Inquérito Civil nº 590.0.105653/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.61. Inquérito Civil nº 521.9.189300/2017, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 6.62. Inquérito Civil nº 590.0.66240/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.63. Inquérito Civil nº 590.0.72481/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA NATALINA MARIA SANTANA BAHIA:

- 6.64. Inquérito Civil nº 701.9.93893/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 6.65. Procedimento Ministerial nº 696.9.120709/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 6.66. Inquérito Civil nº 190.0.179955/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 6.67. Procedimento Ministerial nº 709.9.60188/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 6.68. Inquérito Civil nº 594.9.164544/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Canavieiras;
- 6.69. Inquérito Civil nº 644.0.232478/2016, da Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Vitória da Conquista;
- 6.70. Inquérito Civil nº 003.9.253074/2017, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 6.71. Procedimento Ministerial nº 075.9.84316/2018, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 6.72. Procedimento Ministerial nº 190.199415/2016, da Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 6.73. Inquérito Civil nº 644.0.213468/2016, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Vitória da Conquista;
- 6.74. Procedimento Ministerial nº 003.0.63953/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA PAULO MARCELO DE SANTANA COSTA:

- 6.75. Recurso Administrativo nº 003.0.213213/2010 apenso Inquérito Civil nº 678.0.209367/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 6.76. Inquérito Civil nº 712.0.136918/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.77. Procedimento Ministerial nº 591.0.92015/2008, da 7ª Promotoria de Justiça de



Lauro de Freitas;

6.78. Procedimento Ministerial nº 250.0.158119/2014, da Promotoria de Justiça de Ibirataia;

6.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.146089/2010, do Grupo de Atuação Especial para Controle Externo da Atividade Policial – GACEP;

6.80. Inquérito Civil nº 003.0.86434/2009, da Promotoria de Justiça de Itambé;

6.81. Inquérito Civil nº 003.9.53760/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

6.82. Inquérito Civil nº 678.0.43274/2010, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

6.83. Procedimento Ministerial nº 003.0.117649/2013, da Promotoria de Justiça de Conceição do Almeida;

6.84. Procedimento Ministerial nº 596.9.94837/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.85. Inquérito Civil nº 297.9.49793/2018, da Promotoria de Justiça de Saúde;

6.86. Inquérito Civil nº 590.0.21808/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.87. Inquérito Civil nº 003.1.9476/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.88. Inquérito Civil nº 003.0.175457/2014, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

6.89. Inquérito Civil nº 699.0.120968/2014, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Itaberaba;

6.90. Procedimento Ministerial nº 702.9.6453/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

6.91. Inquérito Civil nº 590.1.49699/2005, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.92. Inquérito Civil nº 680.0.124750/2015, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

6.93. Inquérito Civil nº 708.9.101609/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

6.94. Procedimento Ministerial nº 708.9.134862/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

6.95. Procedimento Ministerial nº 596.0.87618/2012, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.96. Inquérito Civil nº 046.0.115662/2014, da Promotoria de Justiça de Itajuípe;

6.97. Inquérito Civil nº 644.0.212564/2016, da Promotoria de Justiça Regional

Ambiental de Vitória da Conquista;

6.98. Inquérito Civil nº 111.9.41101/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Dias D'Ávila;

6.99. Inquérito Civil nº 034.0.30029/2015, da Promotoria de Justiça de Buerarema.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARILENE PEREIRA MOTA:

6.100. Recurso em Procedimento Administrativo nº 003.9.57382/2018, da Grupo Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.101. Procedimento Ministerial nº 075.9.8816/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

6.102. Inquérito Civil nº 003.9.84245/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

6.103. Inquérito Civil nº 268.0.54094/2012, da Promotoria de Justiça de Santa



Terezinha;

6.104. Procedimento Ministerial nº 608.9.91625/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Jequié;

6.105. Inquérito Civil nº 043.0.6378/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Itagibá;

6.106. Inquérito Civil nº 708.0.134487/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

6.107. Inquérito Civil nº 003.0.21596/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.108. Inquérito Civil nº 647.9.42991/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

6.109. Inquérito Civil nº 592.9.28327/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de senhor do Bonfim;

6.110. Inquérito Civil nº 308.0.163182/2013, da Promotoria de Justiça de Sátiro Dias;

6.111. Inquérito Civil nº 003.1.129669/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

6.112. Inquérito Civil nº 590.0.63288/2012, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.113. Inquérito Civil nº 003.0.107779/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

6.114. Procedimento Ministerial nº 279.0.44052/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Estêvão;

6.115. Inquérito Civil nº 600.0.179449/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.116. Procedimento Ministerial nº 003.9.49635/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente de Salvador;

6.117. Inquérito Civil nº 308.0.162681/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe;

6.118. Procedimento Ministerial nº 069.0.149875/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

6.119. Inquérito Civil nº 190.0.144651/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

6.120. Inquérito Civil nº 291.0.104928/2008, da Promotoria de Justiça de São Sebastião do Passé.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARGARETH PINHEIRO DE SOUZA:

6.121. Procedimento Ministerial nº 003.0.210751/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Remanso;

6.122. Procedimento Ministerial nº 608.9.225312/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;

6.123. Inquérito Civil nº 674.0.200013/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

6.124. Inquérito Civil nº 249.0.71217/2012, da Promotoria de Justiça de Ribeira do Pombal;

6.125. Inquérito Civil nº 242.9.198324/2017, da Promotoria de Justiça de Retirolândia;

6.126. Inquérito Civil nº 003.9.98980/2018, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

6.127. Procedimento Ministerial nº 590.0.95221/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.128. Inquérito Civil nº 594.0.127156/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de



Canavieiras;

6.129. Inquérito Civil nº 600.0.210801/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.130. Inquérito Civil nº 003.0.145373, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

6.131. Inquérito Civil nº 703.9.85456/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

6.132. Inquérito Civil nº 717.0.118410/2016, da Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

6.133. Inquérito Civil nº 590.0.79145/2010, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.134. Inquérito Civil nº 075.9.8903/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;

6.135. Inquérito Civil nº 714.0.114724/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.136. Inquérito Civil nº 678.0.139567/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;

6.137. Inquérito Civil nº 644.0.86795/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista.

RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA NIVALDO DOS SANTOS AQUINO:

6.138. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 013.9.184090/2017, da Promotoria de Justiça de Antas;

6.139. Recurso Administrativo nº 003.9.170868/2018, apenso Inquérito Civil nº 720.9.233971/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão de Jacuípe;

6.140. Inquérito Civil nº 597.0.141764/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

6.141. Inquérito Civil nº 708.9.107292/2017, da Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

6.142. Procedimento Ministerial nº 003.0.104592/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

6.143. Inquérito Civil nº 720.9.230716/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

6.144. Procedimento Ministerial nº 307.0.174974/2007, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

6.145. Inquérito Civil nº 003.0.113003/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;

6.146. Inquérito Civil nº 307.0.531914/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Preta;

6.147. Procedimento Ministerial nº 003.0.113067/2008, da Promotoria de Justiça Regional Ambiental com sede em Barreiras;

6.148. Inquérito Civil nº 590.0.75705/2014, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

6.149. Procedimento Ministerial nº 114.9.175105/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

6.150. Inquérito Civil nº 600.0.183397/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

6.151. Inquérito Civil nº 598.0.75589/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

6.152. Inquérito Civil nº 717.0.219570/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Santa Maria da Vitória;

6.153. Inquérito Civil nº 698.9.198086/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Irecê;



- 6.154. Inquérito Civil nº 674.9.20949/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.155. Inquérito Civil nº 003.0.249102/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 6.156. Inquérito Civil nº 163.9.22231/2017, da Promotoria de Justiça de Maracás;
- 6.157. Inquérito Civil nº 003.0.151205/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 6.158. Procedimento Ministerial nº 596.9.271445/2016, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 6.159. Inquérito Civil nº 003.1.9237/2007, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.160. Inquérito Civil nº 590.0.140337/2015, da 7ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 6.161. Inquérito Civil nº 598.0.238471/2015, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 6.162. Inquérito Civil nº 306.0.200866/2011, da Promotoria de Justiça de Serra Dourada;
- 6.163. Inquérito Civil nº 600.9.147997/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.164. Inquérito Civil nº 674.9.69916/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 6.165. Inquérito Civil nº 600.9.140045/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 6.166. Procedimento Ministerial nº 003.1.93958/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 6.167. Inquérito Civil nº 003.9.187166/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 6.168. Inquérito Civil nº 712.0.133615/2010, da 4ª Promotoria de Justiça de Serrinha;
- 6.169. Inquérito Civil nº 242.9.198432/2017, da Promotoria de Justiça de Retrolândia;
- 6.170. Procedimento Ministerial nº 069.9.106579/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.171. Procedimento Ministerial nº 644.0.212593/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 6.172. Inquérito Civil nº 608.9.25533/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 6.173. Procedimento Ministerial nº 701.9.30083/2018, da Promotoria de Justiça de Itapetinga;
- 6.174. Procedimento Ministerial nº 187.9.101920/2017, da Promotoria de Justiça de Muritiba;
- 6.175. Inquérito Civil nº 003.0.1000937/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 6.176. Inquérito Civil nº 644.0.232258/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 6.177. Procedimento Ministerial nº 003.0.202518/2015, do Grupo de atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU.

RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA SILVANA OLIVEIRA ALMEIDA:



- 6.178.Procedimento Ministerial nº 003.0.129149/2010, da 3ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 6.179.Inquérito Civil nº 069.9.88594/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;
- 6.180.Procedimento Ministerial nº 003.0.44422/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 6.181.Inquérito Civil nº 003.0.185040/2012, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente.

7. O QUE OCORRER.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, EM 05 DE OUTUBRO DE 2018.

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público